



UNICAMP

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Aos vinte e quatro dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e cinco, na sala 35, às nove horas, reuniu-se a Congregação da FE, com a participação dos seguintes membros : Águeda Bernardete Uhle, Maria Eulina P. Carvalho (suplente de Arilda Ribeiro), Augusto João Crema Novaski, Eloísa de Mattos Höfling, Helena Costa Lopes de Freitas, José Dias Sobrinho, José Camilo dos Santos Filho, Mabel Servidone, Lucila S. Arouca (suplente de Maria de Lourdes Covre), Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho, Maria Meliane F. Montezuma, Marinalva Warwar, Evaldo A. Vieira (suplente de Maurício Tragtenberg), Milton José de Almeida, Nadir Ap. Gomes Camacho, Newton A.P. Bryan, Raquel M. Gregori, Regina A. de Assis, Regina Clare Monteiro, Rubem A. Alves, Sérgio Goldenberg e Arlete Ivone P. Silva (suplente de Zilda Luz Lisboa). Ausência justificada : Rosely Palermo Brenelli. Iniciou-se a discussão da pauta: 1. Esclarecimentos à Congregação sobre as reivindicações do corpo funcional da FE. A funcionária Regina Clare Monteiro leu documento sobre o assunto (já entregue aos membros da Congregação na reunião passada), solicitando empenho de toda a comunidade na aquisição efetiva dos recursos necessários. O Prof. Pedro explicou que certas solicitações (armários, por exemplo) não terão sentido no novo prédio, pois ele já terá armários de fórmica. Foi solicitada, pelo Prof. Bryan, a instalação de um ramal em cada Departamento; quanto a isto, o Prof. Pedro explicou que a UNICAMP não está aceitando, no momento, pedidos de novos ramais. A Profa. Helena solicitou que a Congregação apoiasse as reivindicações dos funcionários, e já incluísse estes itens na previsão orçamentária para 1986. Foi solicitado ainda que se discutisse a respeito do relacionamento profissional entre professores e funcionários, no sentido de delimitar e/ou estipular funções próprias. O Prof. Augusto argumentou que isto é realmente necessário, pois as secretárias em geral se dedicam exclusivamente a serviços de datilografia, não tendo tempo para serviços de organização do próprio Departamento. A seguir, solicitou-se que fosse concedido o tempo necessário para comunicações, através do Expediente. O Sr. Presidente informou sobre o pedido de demissão de Zilda Luz Lisboa como membro da Congregação. Em vista disto, solicitou que os Departamentos discutissem sobre o próprio trabalho da Congregação e já encaminhassem soluções e/ou propostas na próxima reunião ordinária da Congregação, dia 07/8/85. A Profa. Meliane sugeriu que se apresentasse um estudo para a discussão desta proposta. O Prof. Bryan argumentou que " como estamos em fase de experiência, é prematuro fazer uma reforma agora, sendo que o mandato é de dois anos". A Profa. Eloísa acrescentou que " o trabalho da Congregação não pode ser isolado da FE. Há problemas na FE que se refletem diretamente no trabalho da Congregação." Por exemplo : o Prof. Camilo passou para o nível MS-5. O mandato dele termina ou ele continua em outro nível ? A Profa. Helena sugeriu que os Departamentos discutissem o assunto e estabelecessem quais os pontos que gostariam de ver reformulados na Congregação. A seguir, o Prof. Camilo pediu esclarecimentos sobre o Colégio da UNICAMP. O Prof. Pedro informou que o projeto foi encaminhado à CAPES, e que o Prof. Valadão trouxe-o de volta para complementar alguns aspectos, provavelmente orçamentários. A Profa. Helena solicitou que se divulgasse e incluísse na ata o seguinte documento do DEME, que segue aqui transcrito : " Face aos últimos eventos que envolveram a Faculdade de Educação na discussão acerca do Colégio da UNICAMP, a Comissão Interna designada para tratar dessa questão, vem à Congregação da Faculdade de Educação, a fim de expor sua posição diante dos acontecimentos que ora passamos a relatar. Quando fomos convidados a participar da Comissão Interna encarregada de analisar a Minuta do Projeto de Criação do Colégio da UNICAMP, sabíamos que tínhamos pela frente uma árdua tarefa. A Congregação da Faculdade de Educação, em sua reunião de abril já havia se manifestado de forma con



UNICAMP

tudente sobre a forma de encaminhamento do assunto ao nível interno da UNICAMP, a qual não contara com a participação da Faculdade de Educação. Posteriormente, a análise da minuta do projeto pela referida Comissão, resultou na elaboração do documento "A Propósito do Colégio da UNICAMP". Neste foram arrolados os principais argumentos contrários à idéia elitista presente no projeto e sugeridos alguns caminhos para a superação dos problemas percebidos através da análise que se fez. Embora tais problemas tenham sido apresentados à Comissão Central do Colégio, estes não chegaram a ser suficientemente debatidos de sorte que as posições anteriormente firmadas permaneceram, no nosso modo de ver, inalteradas. Ainda na tentativa de deixar marcada a posição da Faculdade de Educação, a Comissão Interna chegou a elaborar uma contra-proposta ao projeto. Nesta traçava-se o esboço de um trabalho da Universidade junto às escolas públicas já existentes. Neste trabalho estariam envolvidos, além da Faculdade de Educação, todos os demais Institutos da Universidade envolvidos com os cursos de graduação. Abria-se assim um espaço até hoje inexistente para a participação de professores, diretores e supervisores da rede pública num projeto de Melhoria de Ensino a ser desenvolvido pela UNICAMP. Apesar de apresentada à Comissão Central no dia 21 de maio p.p. a mencionada contra-proposta, por ser basicamente contrária à criação do Colégio da UNICAMP, não foi sequer debatida. Reafirmou-se, outrossim, a intenção de não abdicar do empenho em criar-se um Colégio da UNICAMP, o que, em nossa opinião, afastava a possibilidade de uma integração efetiva entre a Universidade e a Escola Pública de 1º e 2º graus num projeto de Melhoria de Ensino. As discussões, levadas a um impasse, revelaram ser as duas posições inconciliáveis. A recusa constante em discutir os argumentos levantados pela Comissão Interna mostrava a inexistência da vontade política de ouvir a Faculdade de Educação. Paradoxalmente, no entanto, a Comissão Central buscava o apoio - a nosso ver, eminentemente formal - da Faculdade de Educação. Diante da inconveniência política de prosseguir-se com dois projetos distintos e fundamentalmente contraditórios de melhoria de ensino dentro da Universidade, decidiu-se pela "conciliação" das posições definidas. Para tanto constituiu-se uma Comissão Paritária (Institutos e Faculdade de Educação) que se encarregaria de contemplar, num único projeto, as duas propostas apresentadas. Essa decisão foi apresentada à Faculdade de Educação em reunião realizada no dia 29 de maio p.p.. Nessa reunião, ficou estabelecido que os elementos constituintes da Comissão Paritária não teriam poder deliberativo junto à Comissão Central, devendo alertar, perante a mesma, que a decisão da Faculdade de Educação sobre o assunto seria tomada em reunião da Congregação a realizar-se no dia 3 de junho. Nesta data, a Congregação da Faculdade de Educação, ao analisar a "Proposta Base - Colégio Universitário da UNICAMP" elaborado pela Comissão Paritária, posicionou-se contrária ao mesmo, por entender que este se revestia de cunho elitista contrariando o caráter de democratização de melhoria do ensino público, compreendido como função prioritária da Universidade. Decidiu também dar ciência de sua decisão aos diferentes Institutos da UNICAMP e às demais entidades do Magistério. Para tanto instituiu uma nova Comissão Interna, visto que a primeira, face ao encaminhamento da questão se descaracterizaria a partir do dia 21 de maio. Contudo, esta comissão encontrou alguns entraves ao desenvolvimento desse trabalho. Estes se consubstanciaram, principalmente no não envio, por parte da Direção da Faculdade de Educação, das decisões da Congregação à Comissão Central encarregada de conduzir os trabalhos sobre o Colégio da UNICAMP, sem o que esta Comissão sentiu-se impossibilitada de encaminhar seu trabalho junto aos Institutos e demais órgãos e entidades de interesse. Tal impossibilidade, vale ressaltar, está alicerçada em dois princípios fundamentais pelos quais sempre lutamos: 1. o respeito à Congregação como órgão superior de deliberação da Faculdade; 2. a unidade, apesar da diversidade de opiniões, da Faculdade de Educa-



UNICAMP

ção em torno de seu projeto educacional. Estes são os princípios que, no nosso modo de ver, deverão ser mantidos, sob pena de iniciarmos um retrocesso nos avanços já conquistados e que tiveram início na constituição da Congregação, após 5 anos de inexistência da mesma. Levando em conta estas questões, esta Comissão resolveu trazer ao conhecimento da Congregação as suas dificuldades no intuito de esclarecer a comunidade da Faculdade de Educação a respeito de tão importante assunto." A Profa. Helena salientou que a divulgação dos documento é realmente necessária, porque as Unidades e a Reitoria não conheciam a posição contrária da FE. O Prof. Bryan solicitou informações quanto aos passos da comissão central, esclarecendo que é contrário à idéia de exclusão da FE. "A FE deve permanecer, e tentar recuperar sua proposta inicial." Segundo a aluna Raquel Gregori, a representação discente apóia a rediscussão do projeto inicial, visando o engajamento da FE com relação à rede oficial de ensino. A Profa. Maria Lúcia afirmou que sente-se ameaçada em sua liberdade de escolha, a partir do momento que a FE não está em unidade apoiando este projeto. "É muito sério 'fechar' a participação da FE, se há pessoas interessadas neste trabalho; eu, pelo menos, havia entendido que a proposta estava incorporada naquele documento." O Prof. Pedro argumentou que o maior problema no momento não é ser contra ou a favor do Colégio, mas sim teremos condições de assumir o trabalho proposto? Segundo o Prof. Bryan "não foi divulgado o projeto inicial da FE. Devem ser confrontados os dois (o atual já encaminhado e o da FE)." A Profa. Helena argumentou que "após a última reunião da Congregação, a FE se dividiu em dois setores (contra/a favor). Alguns professores entendem que o documento contém a proposta da FE. Outros decidiram que este documento não contém a proposta da FE. Para obter o máximo de opiniões possíveis, deve-se tentar reuniões com a comissão central, Institutos e representantes do magistério. Precisamos lutar para agir como uma unidade, e tentar primeiro resolver nossos problemas internamente. Se o documento não contempla as idéias da FE, deve-se lutar para que isto aconteça." A Profa. Maria Lúcia salientou que "deve-se respeitar o compromisso de cada educador. Não se deve estabelecer princípios gerais que comprometam este aspecto." A Profa. Helena acrescentou que "é difícil o encaminhamento desta questão pois, embora a Congregação tenha se posicionado contra, não é uma posição unânime; ao mesmo tempo, ninguém defendeu publicamente a idéia do Colégio." Segundo o Prof. Augusto "a impressão é que, incorporando ou não a posição da FE, este Colégio sai. Em que poderíamos influenciar agora?" O Prof. Milton argumentou que "se a FE quer influenciar, deve procurar as pessoas certas, que fazem parte do Conselho Federal de Educação, e de outros órgãos influentes, que são colegas nossas. Além disso, deve-se discutir internamente quem é contra ou a favor. Isto é realmente necessário, porque as pessoas se posicionam contra no geral e favoráveis em particular. Deve-se marcar um debate e também fazer consulta individual a todos os professores." Como o assunto já foi exaustivamente discutido, o Prof. Milton cancelou a proposta. A Profa. Eloísa comentou que "não houve maturidade neste processo. Há pessoas que questionaram o próprio voto sobre o assunto, dizendo que a votação foi mal encaminhada. O assunto não é tão novo, e ainda há este tipo de pensamento. Talvez fosse melhor retomar este assunto desde o início". Segundo a Profa. Helena "não se pode levar o problema às outras unidades se ainda há divergências internas. Se a Congregação já decidiu ser contrária à idéia da criação do Colégio, todos devem dar apoio a esta decisão". O prof. Rubem sugeriu duas opções de encaminhamento: 1) tomar como final a decisão da Congregação, esquecendo as propostas de plebiscitos e debates; 2) as coisas não estão tão claras e começamos tudo da estaca zero, questionando talvez até o poder da Congregação e sua representatividade. O Prof. Bryan propôs que se retomasse a discussão da proposta inicial, porque não deseja em nenhum momento, 'fechar' a participação da FE. A profa. Helena sugeriu que se retomasse não o assunto 'colégio', mas sim as dificuldades de divulgação da proposta inicial da FE. A Profa. Lucila Arouca lembrou



UNICAMP

que 7 de agosto (data da próxima reunião ordinária da Congregação) é uma data improvável para apresentar soluções e/ou propostas deste tipo, já que estamos na última semana letiva. A seguir, foi lido documento do DECISAE e da Faculdade de Engenharia de Campinas, sobre a extinção dos cursos de EPB, e que seguem aqui transcritos: "OF. DECISAE/FE/Nº12/85 - Prezado Senhor Diretor: Em reunião extraordinária realizada a 4 de junho p.p. decidiram os docentes do DECISAE recusar terminantemente sua participação na Coordenação dos Cursos de Estudos dos Problemas Brasileiros. O Departamento entende que, tendo já assumido essa Coordenação, mau grado seu, no 1º semestre do corrente ano, nada justifica, atualmente, a manutenção dessa atividade. Os motivos que amparam a resolução do DECISAE são os seguintes: 1º) O Departamento, por motivos que agora não caberia enumerar, viu-se colocado diante de um fato consumado - o de assumir, por ser um Departamento de Ciências Sociais, a Coordenação dos cursos de EPB. 2º) O Departamento encontrar-se-ã desmunido de, pelo menos, três docentes, no 2º semestre do corrente ano e os demais docentes estão sobrecarregados de trabalho quer assumindo seus respectivos cursos de graduação e pós-graduação, quer orientando seus alunos, quer participando das diferentes comissões. Assim sendo, a sugestão do DECISAE é a de um rodízio de coordenações: cada departamento da Faculdade poderia assumir sucessivamente tal atividade até que se resolva a questão da proposta de extinção dos cursos de EPB. O DECISAE coloca-se à disposição do futuro coordenador do mencionado curso para participar de qualquer curso, palestra ou debate que seja do interesse da disciplina em questão. Agradecendo a compreensão de V.Sa., cordialmente, ELISA ANGOITI KOSSOWITCH." - "RESOLUÇÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ENGENHARIA DE CAMPINAS - R.CO.FEC.027/85 - ASSUNTO: REVOGAÇÃO DA NORMA DE OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA 'ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS'. A CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ENGENHARIA DE CAMPINAS, em reunião realizada em 13/06/1985, aprovou a proposta da Comissão de Graduação e Ensino do Curso de Engenharia Elétrica e Conselho Departamental de Engenharia Elétrica, no sentido de ser encaminhado pedido à administração superior da UNICAMP da revogação da obrigatoriedade da disciplina 'Estudo de Problemas Brasileiros', que foi instituída por Decreto da Presidência da República, em 1968. Aprovou também parecer de que se já divulgada junto às demais congregações da UNICAMP, esta resolução. Campinas, 13 de junho de 1985. ELISABETH D. LOPES CORREIA." O Prof. Bryan solicitou que este problema seja levado ao Conselho Diretor, já que visa uma mudança na política educacional. A seguir, foi discutido o item 2 da pauta: Representante da FE na Câmara Curricular. O Conselho Interdepartamental apresentou uma proposta indicativa: a representação na Câmara deve ser vinculada à Coordenação, mas em rodízio (ou seja, participam alternadamente das reuniões os Coordenadores de Licenciatura, Pedagogia e Pós-Graduação). A Congregação considerou aprovada a proposta. 3. Homologação da eleição do Coordenador de Pedagogia. Foi apresentado o seguinte resultado: Professores - Votaram 63 professores (73%) de um total de 87 habilitados. Sim = 50 votos = 58%; Não = 08 votos = 9%; Brancos = 04 votos = 5%; Nulos = 01 voto = 1%. Deixaram de votar 24 professores (27%). Alunos - Votaram 148 alunos (51.76%) de um total de 286 habilitados. Sim = 99 votos = 34.62%; Não = 38 votos = 13.29%; Brancos = 10 votos = 3.50%; Nulos = 01 voto = 0.35%. Deixaram de votar 138 alunos (48.24%). A Profa. Meliane observou que o maior índice de abstenção estava entre os alunos de 1970 a 1981, ou seja, entre os alunos que não têm mais participação 'efetiva' na Faculdade, por já terem, em sua maioria, integralizado seus cursos de Graduação. No entanto, a Profa. Rosália só assumiria se tivesse votos de 50% + 1 de cada categoria. O que se deve observar, como salientou o Prof. Evaldo, é que "dentro dos critérios da FE, ela foi escolhida. Se o critério estabelecido por ela não foi cumprido, só cabe a ela decidir se assumirá ou não." Em vista disto, a eleição foi homologada e o Prof. Pedro agradeceu à Comissão Eleitoral e às pessoas que trabalharam nas urnas pela boa vontade e colaboração na realização do processo.



UNICAMP

4. Relatório de Atividades do Prof. Miguel Augusto, MS-2, RDIDP (DASE). Foi aprovado o relatório de atividades do interessado, visando a prorrogação de contrato por mais 730 dias. 5. Mudança de regime de trabalho da Profa. Maria Evelynna Pompeu Nascimento Caropreso, de RTC para RDIDP (MS-1 - DASE) . Foi aprovada a extensão de regime da interessada, devendo ser apresentado o plano de pesquisa o mais rápido possível. A seguir, discutiu-se o assunto da pauta suplementar : aprovação da previsão orçamentária para 1986. Foi solicitado que os Departamentos encaminhassem por escrito suas necessidades básicas e/ou previsões para 1986. Porém, ainda não foi possível a realização de reuniões, devido a uma série de problemas dos Profs. Charles e Hilário, membros da Comissão. A Profa. Helena sugeriu que o orçamento não fosse encaminhado ao Conselho Diretor apenas como um dado numérico, e sim como um estudo das reais necessidades da FE, prevendo aumento de verba para novas e necessárias contratações, despesas com diárias, passagens, etc. A aluna Marinalva Warwar solicitou que constasse em ata a sua não convocação para a reunião inicial sobre orçamento. O Prof. Pedro esclareceu que não houve convocação : o Prof. Charles apenas apresentou alguns dados para análise , não se constituindo numa efetiva reunião. A Profa. Helena solicitou que, devido à urgência do assunto, a Congregação delegue poderes ao Conselho Interdepartamental para elaborar o orçamento. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião e eu, Sílvia S. Ciolfi, redigi a presente ata, que submeto à aprovação de todos os membros da Congregação. Campinas, 24 de junho de 1985.